

Acervo Pessoal  
Nº 2J  
Prateleira 11

**FACULDADE PAULISTA DE ARTES**  
**CURSO DE MUSICOTERAPIA**

**REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA MUSICOTERAPIA NA  
EDUCAÇÃO ESPECIAL E NO PROCESSO DE INCLUSÃO**

**MARCIA BATISTA DA SILVA ASSIS**

**São Paulo**

**2007**

**FACULDADE PAULISTA DE ARTES**  
**CURSO DE MUSICOTERAPIA**

**REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA MUSICOTERAPIA NA  
EDUCAÇÃO ESPECIAL E NO PROCESSO DE INCLUSÃO**

**MARCIA BATISTA DA SILVA ASSIS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Banca Examinadora,  
como exigência parcial para a obtenção  
de título de Graduação do Curso de  
Musicoterapia, da Faculdade Paulista  
de Artes, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup>  
Silvia Cristina Rosas e co-orientação  
da Prof<sup>a</sup> Cristiane Amorosino.

**São Paulo**

**2007**

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela força e coragem que me dá para que eu busque realizar meus sonhos.

A minha família, em especial aos meus pais, que me proporcionaram tanto amor e me incentivaram em todos os momentos da minha vida.

Ao meu querido marido Élio, o melhor amigo, pelo amor, dedicação, compreensão e por ser sempre tão presente e colaborador no meu trabalho.

As minhas queridas professoras Silvia Rosas e Cristiane Amorosino pelas orientações dadas para que este trabalho fosse realizado, sempre com tanta dedicação e paciência.

A todos professores e colegas de classe que fizeram parte desta caminhada.

Ao meu querido amigo, Pastor Cícero Mendes de Moura (In memoriam), por todo carinho, atenção e amor que despendeu a mim, fazendo-me acreditar na vida e lutar pelos meus sonhos.

## **RESUMO**

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre a atuação da musicoterapia na educação especial e no processo de inclusão, para isso foi realizada uma breve revisão bibliográfica sobre o tema. Ao longo do trabalho são abordadas questões referentes a como tem se desenvolvido a inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais nas escolas regulares, como os profissionais envolvidos neste processo se sentem, qual a responsabilidade que os governos têm a respeito e qual a importância da participação da comunidade neste processo. E por fim, são levantados alguns elementos que podem ser trabalhados pela musicoterapia para auxiliar neste processo, enfatizando que os musicoterapeutas têm ferramentas eficazes para colaborar com o desenvolvimento humano, contribuindo para alcançar os objetivos propostos, atuando na família, com os alunos e junto às instituições de ensino, pois todos necessitam de orientações para descobrir e desfrutar de seus potenciais.

**Palavras-chave:** Educação Especial, Inclusão e Musicoterapia.

## **ABSTRACT**

This work proposes a reflection on the act of music therapy in special education and in the process of inclusion, it was held for a brief literature review on the subject. Throughout the work are discussed issues concerning how has been developed to include students bearers of special education needs in regular schools, as the professionals involved in this process feel, which the responsibility that governments have the respect and how important is the participation the community in this process. And finally, they raised some elements that can be worked on by music to help in this process, emphasizing that the music therapist are effective tools for working with human development, contributing to achieve the proposed objective, to act in the family, with the students and with the educational institutions, because all need guidance to discover and enjoy their potential.

**Keywords:** Special Education, Inclusion and Music Therapy.

*Pousa um momento,  
Um só momento em mim,  
Não só o olhar,  
Também o pensamento.*

*Fernando Pessoa*

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>09</b>
<b>1 IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO: ALGUNS ELEMENTOS</b>	<b>13</b>
<b>1.1 Educação: Direito de Todos</b>	<b>13</b>
<b>1.2 Recursos Utilizados para Educação Inclusiva</b>	<b>14</b>
<b>2 INCLUSÃO</b>	<b>18</b>
<b>2.1 A Educação Inclusiva em São Paulo</b>	<b>23</b>
<b>2.2 As Principais Dificuldades Encontradas no Processo de Inclusão</b>	<b>25</b>
<b>3 MUSICOTERAPIA</b>	<b>31</b>
<b>3.1 Inclusão e Musicoterapia</b>	<b>39</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>46</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>54</b>

## INTRODUÇÃO

Meu interesse pelo tema “Reflexões sobre a atuação da musicoterapia na educação especial e no processo de inclusão” teve início a partir de um estágio que realizei em determinada escola pública da rede estadual de ensino de São Paulo.

Durante as semanas que realizei o estágio a dinâmica das aulas eram sempre iguais, não se alteravam.

Esta situação me despertou incômodo. Os alunos não estavam sendo preparados para uma sala de inclusão, mais pareciam estar num depósito de seres humanos.

Não existia prenúncio da professora para lidar com esses alunos, os funcionários os tratavam como os freqüentadores da sala de deficientes mentais (DM), os próprios alunos se tratam como “DM”. Quando perguntei para um aluno porque “DM”, para verificar o que sabia sobre isso, o aluno me disse que eles eram todos retardados, ou seja, já está embutido neles essa condição.

Detalharei, a seguir, alguns aspectos desta escola, na tentativa de passar o impacto que esta experiência causou em mim e, assim, justificar minha escolha pelo tema.

Essa escola possui uma sala especial que atende 15 alunos com diagnóstico de deficiência mental, com idade cronológica entre 7 e 14 anos.

Todas as crianças passaram por avaliações psicológicas, realizadas fora da escola por profissionais da área e encaminhadas para sala de recurso, conforme estabelece a resolução SE 95/2000, em âmbito do Estado de São Paulo, conforme anexo I. Elas permanecem nesta turma até que a professora que os acompanha verifique se têm condições de serem incluídos na sala “normal” com os outros alunos.

Os alunos chegavam à escola por volta das 13h e aguardavam a professora chamá-los, no pátio. Alguns eram trazidos pelos pais e outros vinham de perua escolar. Durante o tempo que aguardavam no pátio,

brincavam e bagunçavam o tempo todo e se batiam, tanto os meninos quanto as meninas.

Quando entravam na sala já estavam muito agitados, sendo difícil para a professora acalmá-los. Somente depois de um tempo ela conseguia a atenção dos alunos.

A estrutura da aula era a seguinte:

Primeiro, eles copiavam o cabeçalho do dia (nome da escola, nome da professora, dia, ano); depois o alfabeto, momento que demorava de 30 a 40 minutos. Alguns alunos nem abriam o caderno e ficavam conversando, outros não conseguiam copiar da lousa. Uma menina chorava o tempo todo porque queria ir embora, enquanto a professora tentava chamar a atenção de um e outro para que realizassem a atividade.

No segundo momento da aula, a professora trabalhava com o tema folclore. Contava lendas do saci pererê, boto rosa e assim por diante. Depois, pedia que recontassem a história. Era um momento de interação maior entre alunos e professora, cada um falava uma parte, logo em seguida passava-se uma atividade escrita relacionada com a lenda e os alunos ficavam até às 15 horas, horário do intervalo.

Depois do intervalo, os alunos não faziam nenhuma atividade, a professora não conseguia prender a atenção deles, então pegava o rádio e os deixava ouvindo músicas até a hora de ir embora, às 18h.

Esse momento me chamava atenção porque não existia nenhum critério na escolha das músicas.

As músicas utilizadas pela professora eram de estilos populares (Xuxa, Funk, Fabio Júnior). Os alunos pediam para escutar, pois eram as músicas que faziam parte de seu contexto. Eles dançavam, cantavam e brincavam muito na sala; os que não participavam da dança ficavam brigando e se batendo. Uma vez por semana, após o intervalo, a professora fazia concurso de dança, os melhores eram premiados com pirulitos ou balas.

A partir da constatação desta dinâmica, surgiu a idéia e a motivação em pesquisar o tema relacionado à inclusão escolar de crianças portadoras de necessidades educacionais especiais nas escolas públicas.

O que é a inclusão? As escolas estão preparadas para a inclusão? Qual tipo de preparo esses alunos estão recebendo para serem inseridos na sala de aula comum? E os alunos considerados normais são preparados para receber os “anormais”?

Acredito que o tema deste trabalho possui considerável importância para a musicoterapia, pois esta possui ferramentas eficazes para colaborar com o processo de desenvolvimento humano, seja de pessoas “normais” ou portadoras de necessidades especiais.

Segundo Alley (1979, apud BRUSCIA, 2000, p. 273)

**“O papel da musicoterapia nas escolas é a utilização funcional da música para atingir o progresso dos alunos nas áreas acadêmicas, sociais, motoras ou da linguagem. Musicoterapia para crianças especiais lida com comportamentos inadequados ou incapacidades e funções, como um serviço integrado, um serviço de apoio que auxilia a criança deficiente a se beneficiar da educação especial”.**

Acredito que a Inclusão é um tema não só de interesse da educação, mas que merece atenção de todas as áreas, inclusive da saúde.

A aprendizagem das crianças não é unilateral, ou seja, o que o professor ensina a criança aprende ou não, mas sim um processo baseado na interação, onde o respeito à capacidade das crianças aprenderem deve ser o eixo principal deste processo. Cabe à escola oferecer as oportunidades e meios adequados à aprendizagem.

A forma como entendemos a aprendizagem das crianças está intimamente relacionada a nossa visão de sociedade, o que implica também em como vemos a inclusão escolar. Para que todos sejam incluídos e que tenham oportunidades de aprendizagem é preciso transformar a sociedade e “firmar a convivência no contexto da diversidade humana, bem como aceitar e valorizar a contribuição de cada um conforme suas condições pessoais.” (MEC, 1999)

O objetivo deste trabalho é levantar alguns elementos da educação especial e inclusiva para pensarmos como a musicoterapia pode atuar e auxiliar em ambos processos.

## 1 IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO: ALGUNS ELEMENTOS

### 1.1 Educação: Direito de Todos

A educação é um direito do cidadão. A educação formal oferecida às crianças, adolescentes e jovens, de acordo com as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394/96, é composta por; Educação Básica: Pré-escola, Ensino Fundamental e o Ensino Médio; Educação Superior e Educação de Jovens e Adultos.

De acordo com os princípios legais estabelecidos na Constituição Federal de 1988, na Constituição Estadual e no Estatuto da Criança e do Adolescente, a educação formal deve ser oferecida a todas as crianças, inclusive as portadoras de necessidades educacionais especiais.

A Lei 9.394/96, Diretrizes e Bases da Educação Nacional, oferece caminhos para uma escola que atenda os princípios democráticos, entre eles o atendimento as crianças portadoras de necessidades educacionais especiais, de acordo com Gomes, 2006:

**“A atual LDB – lei 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional preconiza em seu artigo 3º que o ensino será ministrado com base nos princípios que garantem a educação para todos, independente das peculiaridades dos alunos, afirma a igualdade de condições para o acesso e permanência; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e apreço à tolerância; a valorização do profissional da educação escolar e a garantia de padrão de qualidade.” (p. 25)**

A escola é o lugar onde as crianças e adolescentes passam a maior parte da vida. É nela que, além da aprendizagem, se constrói laços de amizade, de companheirismo e de afetividade.

A humanização do ser humano ocorre na interação com seus pares. A família é o primeiro lugar onde as crianças se socializam e a escola é a instituição que, cada vez mais cedo, atende estas crianças, participando na socialização e imprimindo normas de convivência, costumes e, enfim, a cultura da sociedade a qual pertence.

Todo esse processo de vivência é que nos faz ser o que somos, nossa individualidade, e sermos o que somos também significa reconhecer o que o outro é.

A escola socializa, seu papel não é só instruir. Socializar não significa somente aprender a conviver, significa também um processo de internalização aonde a criança vai se constituindo com o que inicialmente era dos outros. Socializar e interagir com o outro não significa aprender e vivenciar somente o que é aceito dentro dos padrões estabelecidos socialmente, mas é perceber-se diferente, e a diferença muitas vezes é vista como inferioridade, como estranho aos padrões estabelecidos pela cultura no seu tempo histórico.

Os alunos com necessidades educacionais especiais, com o apoio dos professores e da escola, têm este desafio: superar a situação de diferentes, de estranhos a normalidade.

Para avançar nesse processo, além de conhecimentos e informações, é importante a conscientização dos direitos dos alunos quanto as suas necessidades para que sejam respeitadas e valorizadas as diferenças.

## **1.2 Recursos Utilizados Para a Educação Inclusiva**

A partir desta preocupação, atender as crianças e adolescentes portadores de necessidades educacionais especiais, foram criadas as salas de recursos multifuncionais que são, segundo o documento “*Sala de Recursos Multifuncionais – Espaço para Atendimento Educacional Especializado.*” (MEC, 2006)

**"Espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio de desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar." (p. 13)**

O Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Especial, tem subsidiado as redes estaduais e municipais de ensino com orientações e formação docente para o atendimento exclusivo às crianças com necessidades educacionais especiais. A abordagem, a concepção teórica que fundamenta as orientações e a capacitação docente é a de que todas as crianças são capazes de aprender, independente de suas dificuldades e limitações. Essa concepção é denominada Educação Inclusiva. (MEC, 2006)

De acordo com o documento *"Sala de Recursos Multifuncionais – Espaço para Atendimento Educacional Especializado"* (MEC, 2006) no capítulo I - A Política de Inclusão Educacional; observamos a abordagem dada a este tipo de atendimento:

**"A educação inclusiva, a partir do reconhecimento e valorização da diversidade como fator de enriquecimento do processo educacional, tem provocado mudanças na escola e na formação docente, propondo uma reestruturação da educação que beneficie todos os alunos. A organização de uma escola para todos prevê o acesso à escolarização e ao atendimento às necessidades educacionais especiais.**

**A educação inclusiva é uma abordagem que procura responder às necessidades de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, com foco específico nas pessoas ou grupo de pessoas que estão excluídas da efetivação do direito à educação e que estão fora da escola ou enfrentam barreiras para a participação nos processos de aprendizagem escolar." (p. 9)**

Neste mesmo documento, observamos uma clara preocupação com o desenvolvimento pedagógico nas salas de recursos multifuncionais:

**"O atendimento educacional especializado não pode ser confundido com atividades de mera repetição de conteúdos programáticos desenvolvidos na sala de aula, mas deve constituir um conjunto de procedimentos específicos mediadores do processo de apropriação e produção de conhecimentos." (p. 15)**

As salas de recursos devem ser salas de aula adaptadas para atender as necessidades especiais destes alunos. Devem possuir materiais específicos para tal fim, entre os quais vale destacar:

**"Jogos pedagógicos que valorizam os aspectos lúdicos, a criatividade e o desenvolvimento de estratégias de lógica e pensamento. (...) podem ser confeccionados pelos professores (...) devem obedecer a critérios de tamanho, espessura, peso e cor, de acordo com a habilidade motora e sensorial do aluno. São muito úteis as sucatas, folhas coloridas, fotos e gravuras, velcro, imãs, etc. Jogos pedagógicos adaptados para atender as necessidades educacionais dos alunos, como aqueles confeccionados com simbologia gráfica (...) Livros didáticos e paradidáticos impressos em letra ampliada, em Braille (...) livros de histórias virtuais, livros falados, livros de histórias adaptados com velcro e com separador de páginas, dicionário trilingue (...) Recursos específicos como reglete, punção, soroban, guia de assinatura, material para desenho adaptado, lupa manual, calculadora sonora, caderno de pauta ampliada, caneta de ponta porosa, engrossadores de lápis e pincéis, suporte para livro (plano, inclinado), tesoura adaptada, softwares, brinquedos e miniaturas para o desenvolvimento da linguagem, reconhecimento de formas e atividades da vida diária (...) Mobiliários adaptados, tais como: mesa com recorte, ajuste de altura e ângulo do tampo:**

**cadeira com ajustes para controle de tronco e cabeça do aluno, apoio de pés, regulagem da inclinação do assento com rodas, quando necessário; tapetes antiderrapantes para o não deslocamento das cadeiras."(MEC, 2006, p. 20)**

A sala de recursos multifuncionais é, portanto, um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais. No atendimento é fundamental que o professor considere as diferentes áreas do conhecimento, o aspecto relacionado ao estágio de desenvolvimento cognitivo dos alunos, o nível de escolaridade, os recursos específicos para sua aprendizagem e as atividades de complementação ou suplementação curricular. (MEC, 2006)

## 2 INCLUSÃO

O tema inclusão/exclusão está relacionado com a questão da cidadania dos indivíduos na sociedade. No caso da educação formal, falamos de inclusão principalmente quando nos referimos aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais.

Vários estudos, entre eles o de Carvalho (2005) tem apontado para a inserção do portador de necessidades educacionais especiais, relacionado diretamente com o modelo de sociedade e de escola pensados nas últimas décadas. Sociedade e escola têm refletido sobre a participação do indivíduo e a conquista da cidadania enquanto elemento primordial para manutenção da democracia.

Em estudo recente de Marques e Oliveira (2003) sobre Inclusão: “*Os sentidos nas/das dissertações e teses*”, verificamos que a inclusão é muito mais do que colocar a criança dentro da escola, é um ideal de uma sociedade justa e democrática:

“Reforçando o ideal democrático de escola para todos, o princípio fundamental da Declaração de Salamanca, aprovada na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca/Espanha em 1994 (UNESCO, 1994), afirma que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem na rua e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados. Verifica-se que tal princípio contempla o atendimento de toda a diversidade existente em nosso meio social, o que implica em grandes desafios para nosso sistema escolar”. (p. 6)

Educação para todos é sinônimo de educação inclusiva. Reforçando esta afirmação, Mantoan (1998, apud MARQUES;OLIVEIRA, 2003, p. 6) diz que:

**"O princípio democrático da educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos, não apenas em alguns deles, os alunos com deficiência. A inclusão, como conseqüência de um ensino de qualidade para todos os alunos provoca e exige da escola brasileira novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. É uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas de nível básico".**

Este tipo de sociedade democrática, onde todos têm direito à cidadania, não pode desconsiderar o portador de necessidades especiais, principalmente as crianças em idade escolar que necessitam de atendimento educacional especializado.

Duas ações internacionais são destacadas como fundamentais para o avanço desta discussão, a Declaração Mundial de Educação para Todos em 1990 e a Declaração de Salamanca em 1994, como escreveu Carvalho (2005):

**"A Declaração Mundial de Educação Para Todos (1990) faz parte desses documentos e demarcou a origem do conceito de educação inclusiva. No Brasil as indicações contidas nessa Declaração foram absorvidas nos documentos oficiais, sem entretanto, aparecer a palavra inclusão. Em 1994, foi elaborada a Declaração de Salamanca, que faz referência à meta da educação para todos, conforme consta no documento anteriormente mencionado. Na Declaração de Salamanca o conceito de inclusão voltado à educação assume várias dimensões: educação inclusiva, escolas inclusivas, classes inclusivas, escolaridade inclusiva, políticas educacionais inclusivas, inclusão na educação e inclusão no**

**mercado de trabalho, e, por consequência, inclusão na sociedade.” (p. 71-72)**

As sociedades atuais demonstram grande preocupação em transformar alguns paradigmas. Entre eles a idéia de que a deficiência é um problema impeditivo da capacidade humana.

Esta idéia estabelecida pela cultura Ocidental que a deficiência é um entrave à ação humana, tanto no aspecto físico como cognitivo, tem suas origens na Idade Média quando se entendia que o homem deveria ser perfeito, a imagem de Deus. (CARVALHO, 2005)

No nosso entendimento cultura é todo e qualquer produto da ação humana, seu conjunto de normas, crenças, valores e comportamentos que orientam e pautam nossa conduta, é, portanto, algo comum partilhado pelo grupo que a produz, podemos assim dizer que cada um de nós é, ao mesmo tempo, produto e produtor de cultura. (COOL, 2002)

Como seres humanos, seres que interagem socialmente, seres culturais, somos capazes de transformar a realidade em que vivemos. Uma destas realidades que precisamos mudar é o paradigma culturalmente estabelecido que os portadores de necessidades especiais são incapazes.

Este é o grande dilema do binômio inclusão/exclusão e a dificuldade em conceituar precisamente estes termos. Prieto (1998, apud CARVALHO, 2005, p. 23) comenta que a inclusão e a exclusão são faces de uma mesma problemática:

**“(...) tem como desafio a construção de uma sociedade mais justa e solidária, onde o convívio e o respeito à pessoa sejam a mola propulsora das ações sociais. A luta pelo fim das desigualdades requer mudanças de atitudes sociais que, certamente, propiciará a eliminação de obstáculos que acentuam e/ou geram as limitações nos indivíduos. Assim a garantia do princípio de igualdade, tão conclamado em nossas leis, se dá também, pela oferta de iguais condições e**

**oportunidades para que todos possam desenvolver suas competências e participar ativamente na sociedade."**

A inclusão dos cidadãos na sociedade é uma meta de todos e o acesso e a permanência com qualidade de todas as crianças na escola significa o primeiro ato para garantir a cidadania.

No caso dos portadores de necessidades educacionais especiais, antes de serem vistos nesta condição, devem ser vistos como cidadãos de direitos. Ao contrário, estaremos reforçando o paradigma de que são simplesmente pessoas deficientes ou especiais, reforçando o binômio inclusão/exclusão e delimitando a possibilidade de uma conceituação que atenda a mudança de paradigma sobre a idéia de perfeição humana.

De acordo com Glat (1998, apud GODOY, 2002, p. 78):

**"Olhar a questão da integração simplesmente do ponto de vista funcional não é o adequado, visto que a integração não pode ser considerada apenas como um problema de políticas públicas, pois se trata de um processo espontâneo e subjetivo, que envolve o relacionamento de seres humanos; portanto, é importante que se leve em consideração o aspecto psicossocial, já que, se assim não for, pode-se chegar, no máximo, a uma prática de inserção e de integração puramente física dessa pessoa no seu meio social".**

Segundo Glat, (1998, apud GODOY, 2002, p. 78) a integração surgiu de uma proposta filosófica dos profissionais da área, porém a integração "é um projeto individual" e, sendo assim as pessoas portadoras de deficiência necessitam lutar, sim, para serem menos isolados, estigmatizadas, marginalizadas e segregadas socialmente, se essa for a opção delas. Salienta que "não pode integrar o outro!", alegando que integração é:

**"[...] como o amor: acontece, ou não acontece; [...] a educação especial que podemos oferecer a essa clientela é a conscientização de sua condição psicossocial e a instrumentalização para lutar por condições de vida as mais amplas possíveis [...] nós, especialistas, temos uma função essencial em facilitar e promover esse processo."**

De acordo com Carvalho (1997, apud GODOY, 2002, p. 79):

**"Só se terá êxito se houver um processo de reforma total do sistema tradicional de educação, uma vez que a inclusão educativa-escolar, ou educação para todos, também constitui um processo; portanto, um mundo inclusivo".**

Segundo Godoy (2002) à luta de educação para todos já é antiga e reivindicada para toda comunidade, porém há de se convir que, historicamente, nunca se presenciaram tantos movimentos criativos, propostas, mobilizações sociais, discussões, planos e propagandas em tão pequeno espaço de tempo.

**"Olhando por essa ótica, o resultado positivo significa o avanço das conquistas sociais, educacionais, psicológicos, econômicas e políticas para a pessoa portadora de deficiência; porém como resultado temporariamente negativo, é o que se pode chamar de uma "quase convulsão social". Convulsão porque há de se refletir que se trata de um volume muito grande de informações, de modificações e de ajustes dos planos de ações, de metas, que foram criados em muito pouco tempo, o que provoca uma dificuldade de assimilação, introjeção, reflexão e ação por parte dos integrantes da sociedade diretamente ligados e envolvidos com a própria deficiência e com a área da deficiência." (p. 84-85)**

Baseado nas informações acima, parece que estamos presenciando uma mudança de paradigma em relação à pessoa portadora

de necessidades educacionais especiais, que, enfim estão tendo o direito de ocupar o mundo como um cidadão, como outro qualquer.

## **2.1 A Educação Inclusiva em São Paulo**

A rede pública de ensino do Estado de São Paulo oferece atendimento às crianças com necessidades educacionais especiais de acordo com a Resolução SE 95/2000. Esta Resolução objetiva reorganizar a educação especial na rede estadual de ensino, favorecendo assim a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais, oferecendo serviço de apoio especializado se necessário.

**“Conforme a Resolução nº 95/2000, devem ser observadas as seguintes providências: alunos com necessidades especiais ingressantes na 1<sup>a</sup> série ou transferidos para qualquer série ou etapa serão matriculados preferencialmente em classe comum, excetuando-se alguns casos que não permitam sua inclusão; os encaminhamentos para as salas de recursos far-se-á após a avaliação pedagógica realizada em conformidade com a presente resolução; caberá aos conselhos de classe/série ao final de cada ano letivo aprovar relatório circunstanciado de avaliação; alunos que apresentem deficiências em grau severo deverão ser encaminhados a instituições conveniadas com a SE; implementação de serviço de apoio pedagógico especializado.” (GOMES, 2006, p. 22)**

De acordo com a Resolução SE 95/2000 o atendimento deve ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino, em classes comuns, apoiadas pelo Serviço de Apoio Pedagógico Especializado (SAPE) em carga complementar ou suplementar às atividades curriculares dos alunos e, se necessário, em classe especial, que são aquelas que atendem alunos em condições específicas.

A Resolução SE 95/2000 determina a criação dos SAPES, denominação dada aos serviços já existentes como a Classe Especial, Sala de Recursos e Ensino itinerante.(SEESP, 2000)

São consideradas crianças com necessidades educacionais especiais todas aquelas que apresentam algum tipo de deficiência física, sensorial ou intelectual, permanente ou temporária, que impeçam ou dificultem o seu desenvolvimento e seu processo de ensino-aprendizagem (MEC, 2006).

Os alunos que apresentam uma ou mais dessas dificuldades devem ser matriculados regularmente na rede de ensino. Cabe à escola realizar uma avaliação pedagógica associada às informações obtidas junto à família, além do diagnóstico médico para encaminhar o trabalho pedagógico a ser realizado com esta criança. (Ibidem)

Este trabalho pedagógico pode seguir quatro eixos: o aluno portador de necessidades educacionais especiais é atendido em sala comum; o aluno portador de necessidades educacionais especiais além de ser atendido em sala comum é encaminhado à sala de recursos; o aluno portador de necessidades educacionais especiais é encaminhado para sala especial; e alunos portadores de necessidades educacionais especiais com severo grau de comprometimento devem ser encaminhados às instituições de ensino especializadas conveniadas com o poder público. (Ibidem)

De acordo com a Resolução SE 95/2000:

**"A educação especial para atendimento escolar de educandos portadores de necessidades educacionais especiais deve ser realizada, preferencialmente, na rede regular de ensino, em classes comuns com apoio de serviços especializados organizados na própria escola ou em centros de apoio regionais." (SEESP, 2000, p. 1)**

O fato de uma legislação de ensino estabelecer que o educando portador de necessidade educacional especial deve ser atendido preferencialmente na rede regular de ensino já é um grande avanço pois é

uma das iniciativas para impossibilitar a exclusão e reafirmar o crédito na capacidade de aprendizagem de todas as crianças independente da origem social, cultural e da condição de deficiência física, sensorial ou intelectual.

## **2.2 As Principais Dificuldades Encontradas no Processo de Inclusão**

Podemos afirmar, fundamentados nas leis e decretos, que a educação especial é considerada como marco legal em nosso sistema de ensino e visa oportunizar as condições de acesso e permanência dos alunos portadores de deficiência nos espaços escolares. É oportuno lembrar, que a educação especial figura na política educacional brasileira desde o final da década de 50 e sua atuação decorre de todo um percurso estabelecido por diversos planos nacionais de educação, que marcam sensivelmente os rumos traçados para o atendimento escolar de alunos portadores de deficiência. (Gomes, 2006)

Apesar da educação do aluno portador de deficiência já possuir uma trajetória longa, a inclusão desses indivíduos no ensino regular ainda provoca vários discursos contendo variadas interpretações e ações que levam a dúvidas e a insegurança de implementá-la. *“Ainda que se pense que a inclusão está em processo, às ações a serem movidas demandam seriedade e compromisso de todos os envolvidos, pois se assim não for, este processo levará a caminhos deterministas fadado ao fracasso dos alunos.”* (Gomes, 2006, p. 30)

Nesse sentido Prieto (2003, apud GOMES, 2006, p. 30-31) escreve:

**“Os sistemas de ensino devem construir instrumentos que possam identificar e caracterizar com clareza e precisão sua população escolar, bem como aquela que ainda não teve acesso à escola de tal forma que essas informações possam evidenciar suas reais necessidades especiais, permitindo elaborar planejamento educacional capaz de atendê-las [...] a**

situação funcional dos seus profissionais; sua formação acadêmica e se tiveram alguma formação em educação especial, as concepções de ensino/aprendizagem que adotam; as representações sociais que têm sobre os alunos com necessidades educacionais especiais."

A presente pesquisa indicou que uma das medidas mais urgentes para possibilitar a inclusão efetiva de pessoas com necessidades educacionais especiais é a elaboração de um projeto de inclusão, a ser efetuado pelas escolas. Através de tal projeto, dificuldades podem ser abordadas como, por exemplo, a questão curricular. (KAFROUNI E PAN, 2001)

"Um projeto de inclusão também integra as várias contribuições das diversas áreas de conhecimento presentes na escola por meio de seus profissionais, que poderiam, assim, trabalhar em busca de uma linha de ação comum. Além disso, aspectos como a prática pedagógica também podem ser abordados conjuntamente.

A questão relaciona-se diretamente com a capacitação de professores e equipes pedagógicas, pois a elaboração do projeto de inclusão requer preparo por parte dos encarregados em elaborá-lo, a saber: a equipe de professores e técnicos da escola. O que se verificou nas escolas é que as equipes não sabem nem mesmo por onde começar a implementação da proposta de inclusão na rede regular de ensino."(KAFROUNI E PAN, 2001, p. 5)

O despreparo profissional em relação à inclusão muitas vezes evidencia-se nas representações dos professores sobre as diversas facetas da prática educativa, representações essas que determinam atitudes. (KAFROUNI E PAN, 2001)

De acordo com Coll e Miras (1995, apud KAFROUNI E PAN, 2001, p. 5):

**"As expectativas dos professores sobre o rendimento dos seus alunos podem chegar a afetar significativamente o rendimento efetivo destes últimos". Portanto, os comportamentos dos professores e dos alunos não podem ser estudados isoladamente. Sendo assim, é preciso analisar as metodologias, atitudes e procedimentos dos professores, o que conduz novamente ao problema da capacitação."**

Referente às concepções dos professores é preciso questionar como o professor encara sua prática, como concebe seus alunos, que função julga desempenhar. Quanto a isso, em muitas escolas, prevalece a representação de um aluno ideal.(Idem)

De acordo com esta perspectiva idealizada, Coll e Miras (1995, apud KAFROUNI E PAN, 2001, p. 5) colocam que:

**"Ao estabelecer contato com um novo aluno, o professor selecionaria aquelas características que apresentam um maior peso em sua imagem do aluno ideal, caracterizando-o em consequência e interpretando sua conduta de acordo com estes parâmetros."**

Estas atitudes revelam uma tendência à homogeneização, extremamente danosa aos alunos com necessidades educacionais especiais e de modo geral a todos os alunos, pois todos os alunos têm uma história peculiar que caracteriza seu ritmo de aprendizado, tornando-o único.

*"De um modo geral, o currículo tem constituído grande obstáculo para os alunos com necessidades especiais na escola regular, porque impõe como uma referência homogênea a ser alcançada por todos os alunos, independente da ocorrência de condições específicas." (CARVALHO, 1998, p. 31)*

Outro fator a se considerar é a concepção que o professor tem sobre o ensino e a aprendizagem. Privilegiar apenas o conteúdo ou apenas

um mecanismo de aprendizagem é também um obstáculo ao aprendizado de todos os alunos; e em especial os com necessidades especiais.

Marchesi e Martín (1995, apud KAFROUNI E PAN, 2001 p. 5) ressaltam que:

**"Os professores que valorizam o desenvolvimento dos conhecimentos e os processos acadêmicos têm mais dificuldade em aceitar os alunos que não vão progredir com um ritmo normal nesta dimensão."**

Em face do discutido, percebe-se que, através da implantação da inclusão, toda a escola é questionada. Seus pontos fracos, outrora negligenciados, são novamente postos em evidência; o que está em jogo não é somente a integração dos diferentes, pois a própria concepção de diferença é questionada. Portanto, se a escola necessita de reformulações, seus constituintes também. E esta reformulação abrange a formação dos profissionais da educação.

Segundo Bueno (1993) a questão da inclusão coloca, na verdade, o problema da responsabilidade pela educação e pelo fracasso escolar.

**"Na verdade não é o desvio de padrões que determina a excepcionalidade, mas o fracasso escolar, já que se parte da premissa de que a escola cumpre seu papel e se alguma criança – ou muitas, não importa – não conseguem aprender na escola, devem possuir características pessoais impeditivas." (p. 21)**

Ao recolocar a incumbência pela educação à escola e aos educadores, chega-se à conclusão de que estes têm a responsabilidade da contínua avaliação e de que a capacitação dos profissionais inicia-se numa formação sólida, mas de modo algum se esgota aí, pois a reavaliação deve ser permanente para que alcance qualidade na educação. Com isso busca-se não só a integração do aluno diferente mas a

concepção de que é a escola que deve adequar-se ao aluno e não o aluno a ela. (KAFROUNI E PAN, 2001)

A capacitação dos profissionais da educação, entretanto, não é a única variável envolvida no processo de inclusão.

**"Creditar a responsabilidade pelo sucesso do processo de inclusão somente aos profissionais da educação seria desconsiderar uma série de questões importantes. Além disso, seria incorreto, de certa forma, no mesmo erro para o qual se procura alertar. Assim como não se pode atribuir ao aluno exclusivamente a responsabilidade por suas dificuldades, não se pode designar exclusivamente à escola a responsabilidade pelos obstáculos que vem encontrando. É preciso admitir que a escola e seus membros, frente à nova situação apresentada pela LDB, também têm suas 'necessidades educativas especiais', pois as escolas precisam 'aprender' a lidar com uma nova demanda. Além disso, é necessária uma integração não só de alunos mas também de profissionais detentores de conhecimentos em diversas áreas relacionadas à educação especial." (KAFROUNI E PAN, 2001, p. 6)**

A inclusão é, pois, um processo de mudança do ensino, e como tal exige procedimentos concretos. Não se trata de manter o discurso no plano 'mental'; o discurso da inclusão necessita obrigatoriamente de ações efetivas para que se possa manter. Como este trabalho demonstrou, é necessário que o Estado tenha, portanto, seu próprio projeto de inclusão que determine não só metas a alcançar mas também que providencie os meios adequados para alcançá-los.

Entre tantos pontos destacaremos algumas das problemáticas que cerca a educação dos alunos portadores de necessidades especiais:

**"A falta de informações e esclarecimentos relativos às necessidades educacionais destes alunos, gerando desinteresse e resistência das maiorias das escolas da rede regular de ensino para aceitar esse alunado; dificuldades do**

sistema de ensino em viabilizar a permanência do aluno com necessidades educacionais especiais; despreparo dos docentes; carência de técnicos para orientação, acompanhamento e avaliação da programação pedagógica a ser desenvolvida com o aluno; inadequação de currículos desenvolvidos pelos professores da educação especial; insuficiência de propostas inovadoras como alternativas educacionais e de divulgação das já existentes; inadequação da rede física e carência de material e de equipamentos para atendimentos especializado; falta de consenso sobre a melhor forma de operacionalizar o processo de inclusão escolar do aluno; carência de programas adequados para a orientação da família do aluno; desinformação da sociedade e da comunidade escolar sobre as necessidades dos alunos gerando atitudes inadequadas, que prejudicam a sua inclusão."(GOMES, 2006, p. 24)

Assim como há a necessidade, como constatamos, de que cada escola se comprometa com a inclusão, é preciso que as entidades governamentais também reconheçam sua parcela de responsabilidade.

Podemos levantar que as escolas sentem-se despreparadas e que sem uma ação governamental efetiva e bem estruturada, a LDB será apenas o marco do fim da Educação Especial, e os portadores de necessidades educacionais especiais ficarão ainda mais desamparados.(KAFROUNI E PAN, 2001)

### **3 MUSICOTERAPIA**

A musicoterapia possui diversas definições e cada profissional acolhe aquela que mais se adequa à sua área de atuação e abordagem.

Segundo Barcellos (1982, apud BRUSCIA, 2001, p. 274),

**"Musicoterapia é a utilização da música e/ ou seus elementos integrantes como objeto intermediário de uma relação que permite o desenvolvimento de um processo terapêutico, mobilizando reações biopsicossociais no indivíduo com o propósito de minimizar seus problemas específicos e facilitar sua integração/ reintegração no ambiente social normal."**

A abordagem que utilizaremos, para este estudo, é da musicoterapia no contexto social, pois salientamos que a inclusão não é somente um movimento da educação, mas é mais abrangente. A inclusão é um processo social do qual a escola faz parte.

Podemos dizer que as dificuldades no processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais são reflexos de uma prática social que não fica circunscrita aos limites da escola.

**"De modo geral, a sociedade estabelece e marca as diferenças, o que resulta na utilização de mecanismos discriminatórios nos quais estão presentes processos de coerção normalizadora e fabricação ininterrupta de desviantes." (WANDERLEY, 1999, apud KAFROUNI e PAN, 2001, p. 2)**

Deste modo, uma população “desviante” é estabelecida por características biológicas, psicológicas e sociais. A educação, por sua vez, reproduz este processo social, dificultando cada vez mais a inserção de alunos com necessidades especiais num meio onde os níveis de escolarização são sempre crescentes. (KAFROUNI e PAN, 2001)

De acordo com Campos (2003),

**"A sociedade através das relações de poder, das instituições, da mídia, assim como da instituição familiar, exercem um papel de forte influência na formação dos indivíduos. A competitividade, o egocentrismo e individualismo são estimulados em nossa sociedade, em detrimento da cooperação e da solidariedade, dificultando que as pessoas pratiquem atos solidários e coletivos." (p. 30)**

A prática da musicoterapia na área ecológica (social) inclui todas as aplicações da música e da musicoterapia em que a preocupação principal é promover a saúde, seja da comunidade em si ou do ambiente físico. (BRUSCIA, 2001)

Bruscia (2001) segue descrevendo que o trabalho da musicoterapia na área ecológica inclui:

**"Todos os trabalhos que focalizam a família, os locais de trabalho, a comunidade, a sociedade, a cultura ou o ambiente físico, seja porque a saúde da unidade ecológica está em risco, e consequentemente precisando de intervenção, ou porque a unidade causa ou contribui de algum modo para os problemas de saúde de seus membros. Também estão incluídos quaisquer esforços para formar, construir ou apoiar as comunidades através da musicoterapia. (...) embora o terapeuta possa trabalhar para facilitar mudanças no contexto individual ou no ecológico, a premissa básica é que as mudanças em um deles levarão a mudanças no outro." (p. 237)**

Podemos pensar então, que quando trabalharmos com um membro da família ou com as pessoas que fazem parte do contexto social de uma criança portadora de necessidades especiais, possivelmente essa criança será atingida de forma direta ou indireta pelas conquistas alcançadas através do processo musicoterapêutico.

Neste tipo de intervenção, junto à comunidade, segundo Bruscia (2001) “*o objetivo é duplo, que é preparar o cliente para participar das funções comunitárias e tornar-se um membro valorizado da comunidade, e preparar a comunidade para aceitar e acolher os clientes ajudando seus membros a compreender e interagir com os clientes.*” (p. 245)

**“Além de ter relações com outras pessoas significativas, cada indivíduo é parte de muitos estratos da comunidade, desde o núcleo familiar até a família ampliada, de amigos e colegas a redes sociais, (...) cada um desses estratos da comunidade tem sua própria identidade como um todo e como parte de um todo maior. Portanto, cada comunidade forma e é formada pelas identidades individuais e cada comunidade forma e é formada por uma comunidade maior que a contém.” (BRUSCIA, 2001, p. 153)**

Segundo Campos (2003), como experiência coletiva

**“A música, que em toda a trajetória da humanidade esteve presente na história de todos os povos, pode ser um poderoso facilitador neste resgate da identidade social, pois a música e os elementos intrínsecos acessam áreas cerebrais responsáveis pela percepção auditiva, percepção do esquema corporal, coordenação motora e visuo-motora, percepção de tempo e espaço, linguagem, criatividade, sociabilidade, sentimentos, entre outros.” (CAMPOS, 2003, p. 30).**

A mesma autora, descrevendo sobre a importância da utilização da musicoterapia, coloca que

**“(...) é fundamental a musicoterapia verificar e comprovar a integração e influência do indivíduo no coletivo, e do coletivo no indivíduo, onde ambos se inter-relacionam de tal forma que o indivíduo fica contido no coletivo, e o coletivo contém o indivíduo.**

**O grande desafio ao se ter está consciência, é saber o limite tênue entre um (individual) e o outro (coletivo) sem com isso perder as propriedades inerentes de cada um e as responsabilidades advindas desta consciência, quanto aos papéis a serem desempenhados enquanto seres individuais, únicos por essência, e seres coletivos detentores de direitos sociais.” (p. 30)**

A atuação da musicoterapia junto à comunidade ainda é uma área relativamente nova que está em desenvolvimento. Por essa razão, muitas de suas práticas não foram identificadas ou desenvolvidas. A atuação da musicoterapia nesta nova área se diferencia das formas tradicionais da musicoterapia, pois além da terapia ultrapassar os limites das salas de atendimentos, a relação cliente-terapeuta se estende para incluir a comunidade e seus membros. (BRUSCIA, 2001)

Para que a atuação do musicoterapeuta no contexto escolar tenha êxito se faz necessário uma investigação completa a respeito dos alunos, com ou sem necessidades especiais, da família, da escola, do professor e de toda a comunidade envolvida neste processo de inclusão. É importante que o musicoterapeuta, após realizar o levantamento de todos os pontos negativos e positivos das pessoas que fazem parte da comunidade, inicie o processo terapêutico, priorizando os aspectos mais importantes.

Acreditamos que o processo de inclusão de alunos portadores de necessidades especiais só acontecerá quando as pessoas perceberem que todos temos necessidades especiais que podem ser trabalhadas, compartilhadas e acolhidas.

A escola passa então a ser uma potência de território sonoro, o grande desafio do musicoterapeuta é fazer com que a comunidade participe das atividades junto à escola, promovendo encontros, palestras, integrando-se à equipe da escola para promover mudanças (tanto a comunidade perceber suas responsabilidades diante das dificuldades que a escola enfrenta, quanto à equipe da escola se sentir mais amparada pela comunidade).

Utilizar todos os espaços da escola é romper as barreiras que impedem os indivíduos de se relacionarem melhor, criando uma ponte entre as pessoas.

Utilizamos a idéia do setting flutuante para melhor fundamentar nosso pensamento.

**"A proposta do setting flutuante busca refletir sobre a utilização dos diversos espaços físicos que temos que lidar dentro do contexto musicoterápico, de maneira a torná-lo um auxiliar no processo." (CIRIACO, 2004, p. 25)**

Segundo Barcellos (1999, apud CIRIACO, 2004, p. 26),

**"Quebrar a idéia de setting, possibilita um novo olhar sobre as estruturas habituais, o que nos leva a reformular questões e desejos, quebrando também com esse 'dentro' tão cristalizado.**

**O setting flutuante tira o componente espacial de segurança (o território conhecido), possibilitando a reconstrução de um novo território onde paciente e musicoterapeuta criarão através de outros componentes, como por exemplo através do vínculo e/ou das intensidades que surgem através da relação transferencial que se desenvolve tão logo o terapeuta tenha a primeira interação musical com o cliente."**

Podemos pensar que só pelo fato de integrar a comunidade numa participação ativa do cotidiano da escola, já provoca mudanças na forma de pensar das pessoas, pois as tira da posição de conforto e segurança para que, através das experiências musicoterapêuticas, sintam-se impelidos a refletir sobre seus conceitos e pré-conceitos a respeito da importância da escola, de alunos portadores de necessidades especiais, a importância da educação inclusiva e, até mesmo, sobre seu papel social frente a essas questões.

**"O setting flutuante tem essa função, a função de desterritorializar e territorializar novamente (reterritorializar), ou seja, desmontar mundos para reconstruí-los, construir o novo para que os componentes externos e pacientes se afetem possibilitando uma modificação interna." (CIRIACO, 2004, p. 13)**

Ainda sobre a idéia de setting flutuante Costa (1989, apud CIRIACO, 2004, p. 22-23) afirma que:

**"A criatividade gera transformações, possibilitando que o comportamento cristalizado do sujeito se modifique no setting terapêutico e que esta experiência de mudanças seja transferida para outras situações de sua vida pessoal. O setting flutuante possibilita que as idéias fixas não se cristalizem, nem julgamentos dados a priori, busca tirar a idéia de um campo previsível, onde tudo é planejado."**

O que deve ficar claro é que a educação não se limita às salas e aos muros da escola. E é nesta perspectiva que devemos pensar quando realizamos nosso trabalho, enquanto elemento do desenvolvimento da sociabilidade, que busca conhecer as competências dos indivíduos para se relacionar bem com os outros indivíduos e, de modo mais geral, com a sociedade (comunidade) em que vivem. O musicoterapeuta deve estar atento para a descoberta de novos caminhos e novas portas que conduzem o sujeito a novas experiências, com adaptações criativas de acordo com as possibilidades do momento (CIRIACO, 2004), pois para que ocorra de fato a inclusão na escola, com qualidade e com a participação ativa da comunidade, é preciso que o musicoterapeuta esteja apto para auxiliar neste processo criando, condições através das experiências musicoterapêuticas, para que cada indivíduo descubra e desenvolva suas potencialidades.

O que se tem observado é que a educação não se direciona no sentido de oferecer uma atividade que permita a expressividade,

criatividade e nem muito menos favoreça a sociabilidade, o respeito às diferenças e a cooperação. A educação formal não tem sido consciente ou capaz de evoluir ao ritmo das mudanças necessárias no âmbito da educação.

Kafrouni e Pan (2001) alertam que é preciso uma mudança de posição a respeito da inclusão, pois:

**"A inclusão (...) requer uma revolução de paradigmas. Não significa apenas colocar pessoas 'diferentes' num lugar em que não costumavam estar, significa não mais conceber as necessidades especiais como imutáveis ou incapacitantes. Significa, ademais, rever o papel da escola e conscientizá-la de que sua responsabilidade é educar a todos, sem discriminação. Logicamente, isso exige uma reviravolta estrutural na sociedade, como um todo."**

**A prática da inclusão propõe um novo modo de interação social, no qual há uma revolução de valores e atitudes, que exige mudanças na estrutura da sociedade e da própria educação escolar." (p. 3)**

Para isso, faz-se necessário um trabalho inter e multidisciplinar entre as várias áreas do saber, inclusive da saúde, comprometidas com a causa, no sentido de, em conjunto, promover a dignidade do ser humano e combater o individualismo que impede, de uma forma muito significativa, a procura do bem comum. E também, um combate às filosofias e ideologias que valorizam o ter em relação ao ser.

**"Acredita-se que o desenvolvimento e a transformação social que todos almejamos só será possível quando as nossas relações basearem-se na solidariedade e no respeito mútuo e, de modo particular, quando colocarmos o ser humano acima de qualquer interesse pessoal ou material." (SAMBA, 2004, p. 168)**

Desta forma, surge à necessidade de pensarmos a orientação dos nossos trabalhos sociais, quer com as crianças, quer com as famílias e comunidades, no sentido de respondermos às suas expectativas, necessidades e anseios, criando um ambiente que lhes possibilitem serem, eles mesmos, construtores e edificadores de sua própria vida e de sua história.

Portanto, podemos perceber, através das informações acima, que o papel do musicoterapeuta ao trabalhar com a comunidade vai além de trabalhar apenas com os elementos da educação em si; sua função é desenvolver meios para que os indivíduos descubram seus potenciais e, consequentemente, possibilitar que ocorram mudanças significativas no âmbito pessoal que se estendam ao meio em que vivem.

Romans (2003) afirma que

**"(...) não há desenvolvimento comunitário sem desenvolvimento pessoal e vice-versa, e que as pessoas se desenvolvem na medida e ao mesmo tempo em que se desenvolve a comunidade da qual faz parte." (apud SAMBA, 2004, p. 169-170)**

E para que isso aconteça é preciso que haja uma intervenção efetiva de todos os profissionais envolvidos no processo de inclusão, e que a sociedade perceba a importância de uma mudança de postura frente às problemáticas que a educação enfrenta.

### **3.1 Inclusão e Musicoterapia**

Para que o trabalho de musicoterapia no processo de inclusão tenha êxito se faz necessário um projeto educacional que vise à interdisciplinaridade, em que cada profissional utilize seus recursos específicos, porém com o mesmo objetivo de oferecer condições para que o aluno portador de necessidades educacionais especiais possa desenvolver sua capacidade e potencial.

Neste processo, a musicoterapia seria uma disciplina de suporte para facilitar o processo de inclusão, fazendo parte da equipe envolvida, contribuindo para alcançar os objetivos propostos, atuando na família, com os alunos, com a instituição de ensino, pois todos precisam de orientações para realizar uma inclusão que atenda as necessidades destas crianças e desenvolver melhores condições para que possam ser inseridas na sala comum.

No contexto escolar, em que se busca concretizar o processo de inclusão, encontramos duas figuras que se inter-relacionam e muitas vezes não conseguem realizar trocas favoráveis: o aluno com necessidades especiais e o professor. Às vezes, esse aluno não consegue realizar as ações solicitadas, gerando angústias que podem se manifestar em agitação psicomotora, agressividade ou mesmo em baixa estima evidenciada pela apatia, falta de interesse e isolamento.

De acordo com Bruscia (2000) referindo à musicoterapia na educação especial, afirma que:

**"Essa prática situa-se dentro das fronteiras da musicoterapia porque dirige-se a problemas que requerem intervenção terapêutica ou a necessidades que apresentam importantes implicações para o desenvolvimento global dos estudantes. Embora seja habitualmente utilizada com grupos, os objetivos da musicoterapia na educação especial são quase sempre individualizados para acomodar as necessidades singulares de cada estudante. Como ela geralmente requer a compreensão de problemas de natureza pessoal que afetam a aprendizagem, é provável que o professor assuma o papel de terapeuta, e uma relação terapeuta-estudante pode vir a desenvolver-se." (p. 191)**

Essas dificuldades, aliadas à falta de informações acerca das especificidades de cada aluno especial, fazem com que o professor sinta-se "perdido" e, muitas vezes, angustiado por não conhecer outros procedimentos para ajudar o seu aluno. Ambos, aluno e professor,

necessitam vivenciar possibilidades de interação positivas e criativas para que possam ressignificar suas ações e comportamentos.

Há que se considerar que a figura do professor é fundamental nesse processo de inclusão de indivíduos com necessidades especiais dentro das escolas regulares. Trabalhar suas próprias angústias e frustrações e, ainda, instrumentalizá-lo no sentido de desenvolver novas ações que visem o estabelecimento de um vínculo mais positivo entre professor e aluno, são objetivos que podem ser alcançados através da Musicoterapia.

De acordo com Alley (1977, apud BRUSCIA 2000, p.191):

**"A musicoterapia é um recipiente útil a ser preenchido, um solucionador de problemas, um serviço de apoio ao currículo. (...) O papel do musicoterapeuta no setting educacional pode ser definido como um especialista em resolver problemas individuais que impedem o estudante de participar ou beneficiar-se de suas oportunidades educacionais."**

Portanto, é necessário que o musicoterapeuta estabeleça uma escuta diferenciada, diferente do senso comum, suspendendo as rotulações advindas das variadas queixas, quer seja dos professores, dos outros alunos, direção, funcionários da escola, bem como dos familiares para que o processo musicoterapêutico não seja influenciada por estigmas ou idéias pré estabelecidas, mas que investigue e motive os alunos a descobrirem e expressarem seu potencial.

A música, numa abordagem mais ampla priorizada pela Musicoterapia, proporciona trabalhar aspectos auto-expressivos, perceptivos, cognitivos e interacionais. Ao se trabalhar num contexto em que é priorizada a comunicação não-verbal, o indivíduo, independente de apresentar ou não necessidades especiais, não se sentirá excluído do grupo, uma vez que esse espaço musicoterápico proporciona-lhe a aceitação de sua auto-expressão, qualquer que seja ela. Um ponto

fundamental a ser considerado no trabalho musicoterápico são as mobilizações internas que a música provoca.

De acordo com Maranto (1993, apud BRUSCIA 2000, p. 277):

**"Musicoterapia é uma terapia auto-expressiva que utiliza a música em sentido latente, como objeto intermediário, na relação entre música, o terapeuta e o paciente e que utiliza os aspectos bio-psicossociais do indivíduo, abrindo canais de comunicação que podem ajudar esse indivíduo a recuperar-se e a integrar-se dinamicamente consigo próprio e com seu grupo social."**

Sendo assim, toda a escola passa a ser um espaço de observação, interação e auto-expressão em que todos as ações são consideradas importantes, não ficando presos somente à leitura e a escrita, respeitando o tempo e a particularidade de cada um.

Como já dito anteriormente, um dos grandes problemas enfrentados no processo de inclusão são atitudes que revelam uma tendência à homogeneização, que é extremamente danosa a todos os alunos, pois todos têm uma história que caracteriza seu ritmo de aprendizado, tornando-o único.

Nascimento, coloca que “*dentro do setting musicoterapêutico todos as formas de expressões são aceitas, são vividas por cada um e pelo grupo, são questionadas de forma diferenciada, são modificadas com liberdade de escolha e de forma criativa através do musical.*” (2007, p. 5)

**"Nesse espaço, o indivíduo pode encontrar novos meios de escutar os limites impostos (que tanto desafiava) e novas formas de expressar seus conteúdos internos (não aceitos ou escutados em outros espaços). Pode vivenciar momentos de valorização do que é e do que fala (e canta), pois não é julgado no seu expressar. Aceitar as manifestações dos pacientes sem 'preconceitos' ou juízos estéticos pré-formados, ou seja, considerar as condutas psico-musicais que os pacientes apresentam, é condição inicial para se**

**estabelecer o vínculo terapêutico necessário.” (NASCIMENTO, 2007, p. 5)**

A música, por ter a propriedade de facilitar o contato com os nossos sentimentos e conteúdos internos, além de ter na sua estrutura, elementos que facilitam, o exercício cooperativo e o trabalho coletivo, passa a ser um elemento essencial e fundamental no processo terapêutico. (FREITAS E OLIVEIRA, 2002)

**“O trabalho musicoterápico, na medida que utiliza a música ou sons como elemento primordial da ação terapêutica, associa e relaciona os elementos que a constituem aos elementos que constituem a vida, ou seja: tempo (pulso), ritmo (andamento), relação (harmonia) e sentimento (melodia).” (FREITAS e OLIVEIRA, 2002, p. 79)**

Freitas e Oliveira (2002) seguem descrevendo que a leitura dos fenômenos psicológicos, aflorados pelo paciente em uma sessão musicoterápica são:

**“Interpretadas e avaliadas a partir dos elementos que constituem a estrutura sonora-musical. Embora o som/música seja a tônica para expressão do paciente, e a mesma, matéria prima do terapeuta, para a leitura destes fenômenos, o musicoterapeuta às vezes utiliza outros recursos expressivos, ainda que não musicais, interpretando a posteriori, musicalmente, como uma transposição de linguagem.” (p. 79)**

Sá e Nascimento (2005) acreditam que a musicoterapia, ao trabalhar priorizando a comunicação não-verbal, amplia seu campo de atuação e seus objetivos, pois se considera:

**"A expressão corporal, sonora, musical, visual, imagética, pré-verbal e verbal – sendo possível trabalhar com variados códigos: perceptivos, gestuais, táticos, auditivos, lingüísticos, visuais etc. Isso amplia, sobremaneira, as possibilidades de se trabalhar as diferenças próprias de um indivíduo portador de necessidades especiais." (p. 1)**

Baseados nas informações acima, podemos verificar que a musicoterapia possui ferramentas importantes que poderão auxiliar o processo de inclusão nas escolas, pois muitas vezes os profissionais envolvidos nesse processo não sabem lidar com as crianças que apresentam algum tipo de dificuldades ou deficiências.

Acreditamos que o papel do musicoterapeuta no processo de inclusão é desenvolver estratégias para que tanto os alunos quanto os profissionais envolvidos tenham uma maior interação. Essa questão pode ser trabalhada dentro do setting musicoterapêutico<sup>1</sup> através de dinâmicas que facilitem o autoconhecimento e a integração entre alunos e educadores.

A função do musicoterapeuta é ajudar as pessoas a perceberem que as diferenças existem e podem ser trabalhadas, é conscientizar que cada indivíduo tem seu tempo e sua maneira de aprender, de ensinar, sua forma de expressar sentimentos, emoções , enfim é preciso que todos respeitem as diferenças e aprendem a viver com ela.

Uma das características principais de um processo terapêutico é criar e recriar situações da vida humana, através de interações recursivas e daí, então, proporcionar mudanças a partir das próprias necessidades ou expectativas do indivíduo.

Codding (1993, apud Bruscia, 2000 p. 278) descreve que:

**"(...) A estrutura criada pelo ambiente terapêutico e a relação entre a criança e o terapeuta, ou entre as próprias crianças,**

---

<sup>1</sup> O Setting musicoterapêutico na escola, como foi esclarecido anteriormente, pode ser considerado todo o espaço físico da escola, ela torna-se um setting flutuante.

**facilitam o aprendizado das habilidades necessárias à vida. As crianças podem aprender habilidades que facilitam o efetivo funcionamento acadêmico, comunicativo, social e emocional de forma duradoura."**

De acordo com Freitas e Oliveira (2002):

**"A música juntamente com o terapeuta se complementa no trabalho musicoterapêutico. A música traz em si elementos que facilitam o emergir de emoções e sentimentos; o terapeuta traz em si elementos que facilitam a elaboração consciente do processo terapêutico, propiciando reflexões, insight, ajudando o paciente a buscar associações na sua vida, na tentativa de ajudá-lo a transformar o que é preciso ser transformado, almejando uma melhor qualidade de vida. Ambos, música e terapeuta, numa atuação complementar, são facilitadores de transformações." (p. 81)**

Baseado nas citações acima, podemos concluir que a musicoterapia, no processo de inclusão, possibilita um trabalho profundo das causas e efeitos, sob os mais diversos ângulos. Oportuniza-se, através da reabilitação, da terapêutica ou mesmo da psicoprofilaxia, o desenvolvimento de habilidades motoras, psico-emocionais e sócio-interacionais. Sendo um espaço de trocas de experiências musicais entre cliente e terapeuta, abre canais de comunicação, um dos principais objetivos da Musicoterapia.

Isto proporciona mudanças gradativas no comportamento do aluno, passando das reações negativas de interação para as positivas. Através dos elementos expressivos apresentados pelo próprio aluno com necessidades especiais, pode-se adequar o uso dos instrumentos musicais e da música às suas distintas necessidades e potencialidades. (SÁ E NASCIMENTO, 2005)

A Musicoterapia, desenvolvida com alunos especiais, oferece condições de uma intervenção efetiva, auxiliando na resolução de problemas individuais que os impediriam de participar e beneficiar-se, de

forma mais ampla, do processo de aprendizagem. Também pode ser vista como importante ferramenta de estruturação do espaço que visa o acolhimento efetivo do indivíduo com necessidades especiais.(Idem)

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste trabalho levantar alguns elementos da educação especial e de como tem se desenvolvido o processo de inclusão de alunos portadores de necessidades especiais nas escolas.

No decorrer do trabalho constatamos que a inclusão tem sido discutida por diversos profissionais envolvidos com a educação, na busca de encontrar possíveis soluções dos problemas que as escolas enfrentam.

Como descrevemos anteriormente, a inclusão é um processo de mudança do ensino, e como tal, exige procedimentos concretos. Assim como a necessidade de que o professor se comprometa com a inclusão, e que o Estado reconheça sua responsabilidade, elaborando políticas públicas que atendam essa parcela de alunos.

Nossa intenção, neste trabalho, não foi descrever as diversas técnicas que a musicoterapia possui para realizar as intervenções no contexto escolar, mas simplesmente refletirmos como a musicoterapia pode atuar e auxiliar em ambos os processos.

A abordagem que utilizamos, para este estudo, foi da musicoterapia no contexto social, pois salientamos que a inclusão não é somente um movimento da educação, mas é mais abrangente. A inclusão é um processo social do qual a escola faz parte.

A prática da musicoterapia na área ecológica (social) inclui todas as aplicações da música e da musicoterapia em que a preocupação principal é promover a saúde, seja da comunidade em si ou do ambiente físico (BRUSCIA, 2001).

Como já salientamos, a atuação da musicoterapia junto à comunidade ainda é uma área relativamente nova, em desenvolvimento. Por essa razão, muitas de suas práticas não foram identificadas ou desenvolvidas.

Para que o trabalho de musicoterapia, no processo de inclusão tenha êxito, se faz necessário um projeto educacional que vise à interdisciplinaridade, em que cada profissional utilize seus recursos

específicos, porém com o mesmo objetivo de oferecer condições para que o aluno portador de necessidades educacionais especiais possa desenvolver sua capacidade e potencial.

A partir deste estudo verificamos que a formação docente deveria oferecer novas perspectivas em relação à educação especial. O currículo na formação docente não privilegia, de fato, o estudo das questões relacionadas à inclusão dos portadores de necessidades educacionais, se quer dá conta da permanência dos alunos com dificuldades de aprendizagem, demonstrando assim que a discussão sobre a inclusão escolar não deve limitar-se ao “aluno deficiente”, mas sim um direito à educação de qualidade para todos, independente das suas condições, sejam elas de ordem econômica, social, intelectual ou física.

Sugerimos que a musicoterapia fosse inserida no currículo dos cursos de formação de professores. Acreditamos que a musicoterapia, além de oferecer novas ferramentas de trabalho, facilitaria a interação entre alunos e educadores a partir do autoconhecimento sobre suas potencialidades e limitações.

Para que isso aconteça é necessário criar uma nova abordagem de atuação que poderíamos denominar de Musicoterapia Escolar, pois a forma de abordarmos os alunos e professores se difere das formas tradicionais de atendimento da musicoterapia.

O trabalho do professor na escola não é só ensinar o conteúdo programático, mas vai além disso, se estende a didática e suas formas de ensinar, como o aluno aprende e se desenvolve, suas particularidades e necessidades. Nessa relação aluno/professor é que se desenvolve a aprendizagem.

O musicoterapeuta deve estar atento para a descoberta de novos caminhos e novas portas que conduzem o sujeito a novas experiências, com adaptações criativas de acordo com as possibilidades do momento (CIRIACO, 2004), pois para que ocorra de fato a inclusão na escola, com qualidade e com a participação ativa da comunidade, é preciso que o musicoterapeuta esteja apto para auxiliar neste processo criando

condições, através das experiências musicoterapêuticas, para que cada indivíduo descubra e desenvolva suas potencialidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei Federal nº 9.394, de 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares. Estratégias para a educação especial de alunos portadores de necessidades educacionais especiais.** Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: Mec/SEF/SEESP, 1999.

BRUSCIA, Kenneth. E. **Definindo Musicoterapia.** 2<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Enelivros, 2000.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira. Integração/Segrega-Cão do Aluno Diferente.** São Paulo: FAPESP, 1993.

CAMPOS, Ana Maria Caramujo Pires. **Musicoterapia e Construção Social: Uma proposta terapêutica aplicada com crianças em situação de risco – meninos de rua.** Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação da Faculdade Paulista de Artes. São Paulo, 2003.

CARVALHO, Erenice Natalia Soares de. **Educação dos alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino: Considerações sobre a operacionalização curricular.** Brasília: APAE, 1998.

CARVALHO, Sumaya Persona. **Educação Especial: O Olhar e a Palavra do Professor.** Tese de Doutoramento. São Paulo: PUC, 2005.

CIRIACO, Izabel São Pedro Neta. **Setting Flutuante.** Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade Paulista de Artes. São Paulo, 2004.

COOL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. **A Criança e a Escola.** Texto Base Para a Redação do Programa Ofício de Professor. São Paulo: Abril, 2002.

FREITAS, Maristela Souza; OLIVEIRA, Neusa. **Musicoterapia uma Abordagem em Abrigo.** Trabalho de Conclusão de Curso de Pós Graduação da Faculdade Paulista de Artes. São Paulo: 2002.

GODOY, Hermínia Prado. **Inclusão De Alunos Portadores De Deficiência No Ensino Regular Paulista: Recomendações Internacionais E Normas Oficiais.** São Paulo: Mackenzie, 2002.

GOMES, Enaida Rodrigues. **Alunos Com Deficiência Mental Incluídos No Ensino Regular Em Município Do Litoral Norte Paulistano.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: Mackenzie, 2006.

SAMBA, Simão João. **A Educação no Trabalho Sócio-Comunitário: uma estratégia de transformação Social e cultivo da cidadania.** Revista de Ciências da Educação. Ano 06, nº11, 2º semestre, 2004. p.151-169.

## **SITES**

BRASIL. Ministério da Educação. **Sala de Recursos Multifuncionais: Espaços para Atendimento Educacional Especializado.** Brasília: Secretaria de Educação Especial. 2006. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/seesp/>>. Acesso em 20 de março 2007.

KAFROUNI, Roberta.; PAN, Miriam Aparecida Graciano de Souza. **A Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais e os Impasses Frente à Capacitação dos Profissionais da Educação Básica: Um Estudo de Caso.** Interação em Psicologia, América do Sul, 5 18 10 2005. Disponível em: <http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/psicologia/article/viewFile/3316/2660>. Acesso em setembro 2007.

MARQUES, Luciana Pacheco; OLIVEIRA, Fernanda Dias de. **Inclusão: Os Sentidos nas/das Dissertações e Teses.** GT: Educação Especial/ n.15, 2003. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reuniões/26/trabalhos/lucianapachecomarques.rtf>>. Acesso em 20 de março 2007

NASCIMENTO, Sandra Rocha. **A Musicoterapia no Contexto Escolar: “Uma Escuta Diferenciada”.** Disponível em: [http://www.anppom.com.br/anais//17%20anais%20SP%2020007/musicoterapia/musicoterap\\_SRNascimento.pdf](http://www.anppom.com.br/anais//17%20anais%20SP%2020007/musicoterapia/musicoterap_SRNascimento.pdf). Acesso em: outubro de 2007.

SÁ, Leomara Craveiro; NASCIMENTO, Sandra Rocha. **Música e Inclusão: Uma abordagem da musicoterapia no contexto escolar.** Disponível em: <[http://www.Fib2005.unb.br/musicoterapia\\_prof.php](http://www.Fib2005.unb.br/musicoterapia_prof.php)>. Acessado em 10 setembro de 2007.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. Resolução See/Sp 95 De 21/11/2000. **Dispõe sobre o Atendimento de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais nas Escolas da Rede Estadual de Ensino e dá Providências Correlatas.** Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/seesp/>>. Acesso em 20 março 2007.